

# Congresso reabre sessões segunda

O Congresso Nacional já está convocado extraordinariamente, desde ontem, pelo presidente Fernando Collor, e terá sua primeira sessão na próxima segunda-feira, às 18h30. O aviso de convocação, datado de 3 de janeiro, e assinado pelo secretário-geral interino da Presidência da República, Márcio de Oliveira Dias, chegou às mãos do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ), às 18h10. Minutos depois eram expedidos telegramas a todos os parlamentares, comunicando o fim do recesso e convocando para a primeira sessão extraordinária. Também as companhias aéreas foram mobilizadas, com pedidos de prioridade nas reservas para deputados e senadores.

Os 570 parlamentares com mandato até o fim de janeiro ganharam a última tarefa legislativa, antes que os 63 por cento não reeleitos retornem definitivamente aos seus estados. Com base na Constituição, o presidente da República determinou que deputados e senadores votem em cinco medidas provisórias entre os dias 7 e 31 de janeiro, último dia de seus mandatos. No dia 1 de fevereiro, os novos parlamentares tomam posse.

Além do salário de um milhão 437 mil cruzeiros, cada um dos 570 parlamentares vai ganhar mais um milhão 689 mil cruzeiros como ajuda de custo - metade no primeiro dia da convocação, metade no último dia. Somente com os salários, que o Congresso já pagaria normalmente, mais a ajuda de custo, serão gastos um milhão 782 milhões de cruzeiros, em janeiro.

Entre as medidas que o governo quer aprovar, uma surpresa em relação às que foram antecipadas anteontem pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho: a 291, que define as regras para reajuste dos aluguéis. O pacote inclui, ainda, as medidas 288, sobre a dissolução ou privatização do Lloyd Brasileiro, a 289, com as novas alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Rural (ITR), a 290, estabelecendo a livre negociação para as mensalidades escolares, e a 292, que mantém a livre negociação salarial e dá um

abono aos trabalhadores, em janeiro.

Ninguém garante que haverá quorum. Alguns líderes esperavam a convocação para meados ou, mesmo, fins de janeiro. "Eu farei tudo para que haja quorum", assegurou o senador Nelson Carneiro, minutos depois de receber a convocação de Nestor Forster, assessor de gabinete da secretaria-geral da Presidência da República, que entregou o documento. Carneiro, de qualquer forma, pediu à Vasp e à Varig que dêem prioridade aos parlamentares que quiserem viajar. "É difícil se conseguir o quorum", comenta o líder em exercício do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar (CE). "Esse pessoal já levou família, já voltou para os estados, já retomou suas atividades", relata. Independente de votarem ou não, a diretoria-geral das mesas da Câmara e do Senado já começaram a calcular os ganhos extras dos parlamentares.

A convocação causou alguns atropelos aos parlamentares. É o caso do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), que descansava em Nova Iorque. Ontem de manhã, ele recebeu uma ligação do deputado Ubiratan Aguiar. "Ele aguardava a convocação para o final de janeiro", explicou Aguiar. O líder do PMDB desembarca hoje no Rio de Janeiro, de onde segue para Porto Alegre.

Na terça-feira, ele deve estar em Brasília, segundo sua assessoria. No PDT, cinco deputados convidados pelo parlamento chinês para uma visita à China, cancelaram a viagem. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), que se preparava para ir a Luanda, a convite do governo angolano, também teve que mudar seus planos. "Foi uma decisão açodada", atacou. Segundo Righi, a convocação feita pelo presidente Fernando Collor também envolve discussões no plano ético, já que o novo Congresso assume a 10 de fevereiro, renovado em 63 por cento.

Entre os parlamentares de esquerda pelo menos dois qualificaram a medida sobre os salários como "inconstitucional" e pretendem derrubá-la.